

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6ª REGIÃO

Ementa: Diferença da multa de 40% do FGTS [Fundo de Garantia do Tempo de Serviço]. A multa de 40% do FGTS deve ser suportada pelo empregador, por imperativo legal, que, diante dos expurgos inflacionários ocorridos pelos Planos Econômicos, deve proceder ao pagamento das diferenças daí oriundas.

Recurso ordinário interposto por XXX da decisão prolatada pela MM. 5ª Vara do Trabalho de Recife. [...]

Em seu arrazoado de fls. 101/112, insurge-se o recorrente contra a decisão de 1º grau, que entendeu que o Programa de Desligamento Incentivo, por ele aderido, transacionou taxativamente os valores a título de FGTS. Aduz que, em virtude da decisão do Supremo Tribunal Federal quanto a revisão dos saldos do FGTS, em razão dos expurgados índices de correção, lhe é cabida a indenização correspondente, independentemente do referido plano de desligamento. Requer o pagamento da indenização pela correção do FGTS ou, alternativamente, a parcela correspondente a 40% relativa à multa resilitória. [...]

Transcreve-se: "O recorrido efetuará a devida complementação dos valores correspondentes aos 40%) sobre o saldo do FGTS, para fins de rescisão, caso o empregado apresente, posteriormente, documento comprobatório de saldo adicional para fins rescisórios, decorrente, exclusivamente, de saques efetuados antes da unificação das contas, ou por saque decorrente de aposentadoria.". Como se infere do excerto transcrito, a expressão usada foi "exclusivamente". Vale dizer: qualquer evento futuro responsável pela majoração do saldo fundiário não implicaria no pagamento de qualquer acréscimo da multa do FGTS. Exceto: saldo decorrente de aposentadoria e de aglutinação de conta anterior da unificação na conta vinculada. Transação que produz seus efeitos legais, descabendo qualquer majoração do valor da multa pelo acréscimo do saldo fundiário. [...]

Ementa: Expurgos inflacionários e 40%> do FGTS. Responsabilidade do empregador para responder pelo valor devido, diante da dispensa sem justa causa do empregado. A circunstância dos planos econômicos aplicados em janeiro/1989 e abril/1990 terem, ilegalmente, subtraído das contas vinculadas do FGTS os índices de correção devidos, consoante diplomas legais que não foram alterados no curso da aquisição das respectivas atualizações - ao contrário do ocorrido pelos planos de julho/1987 e maio/1990, estes meras expectativas de maiores índices de atualização, quando já assentado o entendimento da inexistência de direito a certo regime jurídico, na voz incontestada da Suprema Corte -, não desobriga o empregador que dispensa, sem justa causa, empregado que tem contrato de trabalho abrigado naquelas quadras temporais, de ter de pagar os 40%> do FGTS recompondo a totalização dos depósitos e rendimentos da conta vinculada mediante o cômputo daqueles índices ilegitimamente conspurcados. Isto porque é obrigação do empregador pagar, ainda que mediante depósito na conta do FGTS, o valor correspondente a 40% do montante efetivamente devido ao empregado. Quando, em nome do que acaso possa ser, o empregador dispensa seu empregado sem justa causa, e o contrato de trabalho é da época em que legalmente exigíveis as atualizações monetárias de janeiro/1989 e ou de abril/1990, a ele cumpre, para desonerar-se da obrigação que direta e ostensivamente a lei lhe indica, proceder ao cálculo com tal plus, e recolher o correspondente a 40% do montante. Assim não fazendo, o empregador tem, sim, de pagar a diferença dos 40%, respondendo por isto perante a Justiça do Trabalho em função de se defrontar com dissídio oriundo da relação empregatícia.